

CANUDOS E TULSA: DUAS CENAS DE EVITAÇÃO DO EMPODERAMENTO DE PESSOAS HISTORICAMENTE EXCLUÍDAS

Tonivaldo Barbosa de Souza¹

Ana Rita Santiago²

Assim como em Canudos, em Tulsa se tentou apagar a construção de uma nova memória que estava germinando;

Assim como em Canudos, em Tulsa o sincrônico tentou evitar o diacrônico;

Assim como em Canudos, em Tulsa se criou uma retórica de marginalização do outro, impondo o seu extermínio como castigo exemplar para insurgentes;

Assim como em Canudos, em Tulsa se tentou manter a outrindade negra existente;

Assim como em Canudos, em Tulsa se tentou evitar a construção de uma nova identidade negra;

¹ Docente efetivo da UNEB (Universidade do Estado da Bahia), Psicólogo e Licenciado em Psicologia (UFPB), Especialista em Letras-Libras (UNEB), Mestre em Psicologia Social (UFPB), Doutorando em Crítica Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural do Departamento de Linguística, Literatura e Artes — Campus Avançado de Canudos — UNEB-BA, inserido na linha de pesquisa Letramentos, Identidades e Formação de Educadores, sob a orientação da Professora Dra. Ana Rita Santiago. Integrante do Grupo de Pesquisa Ódun tí ímó e Coordenador do Núcleo de Estudos em Tecnologias e Metodologias em Educação Especializada — NETEME (UNEB). E-mail: tonsouza@uneb.br.

² Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (2005), doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2010) e Pós-doutorado pela Université Paris Descartes-Sorbonne, França (2017). Foi pesquisadora talento da Université Paris Descartes-Sorbonne, França (2017-2019). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia-Campus II. Pesquisadora do GT A mulher na literatura da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em literatura brasileira, literatura negra, literatura negro-feminina, literatura de autoria feminina no Brasil e na África e educação. E-mail: anaritasantiago16@gmail.com.

Assim como em Canudos, em Tulsa o Estado agiu
massacrando os desarmados ou com quase
nenhum poder de fogo e reação;
Assim como em Canudos, em Tulsa tentaram
silenciar as vozes negras;
Tonivaldo Barbosa de Souza-2022

Resumo: A Canudos (BRA), destruída no final do século XIX, assim como o massacre e a expulsão de milhares de famílias negras da Cidade de Tulsa (EUA), no início do século XX, se confundem em suas cenas e na repetição da tentativa de evitação do empoderamento de povos historicamente explorados e excluídos. Esta comunicação oral se apresenta como parte dos conhecimentos adquiridos e da sensibilidade desenvolvida no curso de doutoramento, cujo título da tese proposta: “Empoderamento Negro: um estudo comparativo entre brasileiros e africanos” do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) — Campus Avançado de Canudos, a qual tem como foco central estudos mais amplos e aprofundados acerca dos Processos de Empoderamento de Pessoas Negras. A discussão estabelecida tem base metodológica ancorada na perspectiva da pesquisa bibliográfica, e utiliza de conceitos discutidos por pensadores como: Candau, (2018); Fanon, (2008); Kilomba, (2019); Rogers, (2001); dentre outros; e utiliza também de documentários gravados sobre os temas aqui apresentados. O texto aponta que há um jogo sequencial de acontecimentos repetitivos, que visavam a evitação da construção de novas memórias e identidades, que pudessem ser distintas da que se tenta manter cristalizada, para os povos negros e originários, desde o início da escravidão, no século XVI, compreendendo-os como destituídos de poder, e inevitavelmente, subjugados por seus colonizadores.

Palavras-Chave: Canudos. Tulsa. Empoderamento.

INTRODUÇÃO

As discussões que aqui serão apresentadas terão o seu início partindo do ponto comum de como a grande maioria das pessoas fariam, ou seja, ao se buscar o significado de um verbete “dariam um google”, como se diz na linguagem coloquial cotidiana. Desta forma, temos que o significado³ do termo “poder” significa:

Possuir a capacidade ou a oportunidade de: podemos fazer o trabalho; mais pode o tempo que a pressa. Exercer influência sobre algo ou alguém: ele pode nadar muitos quilômetros; o diretor pensa que pode. Ser autorizado para; ter permissão para: os adolescentes não podem beber. Possuir o necessário para: eles podiam trabalhar. Estar sujeito a: naquele temporal, o atleta pode se machucar. Ter possibilidade para alcançar alguma coisa; conseguir: com a queda do adversário, o oponente pôde ganhar. Demonstrar calma e paciência para: ele está sempre agitado, não se pode acalmar nunca? Possuir excesso de vigor para: eles puderam vencer os obstáculos. Estar autorizado moralmente para; ter um pretexto ou justificação para: tendo em conta seu excesso de conhecimento, podia conseguir o emprego. Possuir características necessárias para aguentar (alguma coisa): nunca pôde ver acidentes. Possuir a chance ou a vontade de: não puderam entrevistar o presidente. Demonstrar controle acerca de: o professor não pode com os alunos desobedientes. Autorização ou capacidade de resolver; autoridade. Ação de governar um país, uma nação, uma sociedade etc.: poder despota. Esse tipo de poder caracterizado por seus efeitos: poder presidencial. Capacidade de realizar certas coisas; faculdade: nunca teve o poder de fazer amigos. Superioridade absoluta utilizada com o propósito de chefiar, governar ou administrar, através do uso de influência ou de obediência. Ação de possuir alguma coisa; posse. Atributo ou habilidade de que alguma coisa consiga

³ Site utilizado para verificar o significado do verbete poder: <https://www.dicio.com.br/empoderamento/>, Dicionário Online de Português, acessado em 29/03/2022.

realizar certo resultado; eficácia: o poder nutritivo do espinafre é excelente. Característica ou particularidade da pessoa que se demonstra capaz de; perícia: o palestrante tinha o poder de encantar o público. Excesso de alguma coisa; abundância: um poder de tiros que se alastrou pelo bairro. Força, energia, vitalidade e potência. Etimologia (origem da palavra **poder**). A palavra poder deriva do latim 'possum, pote, potui, posse, potêre, significando' ser capaz, ter a capacidade de.

Também verificando o antônimo⁴ do verbete “poder”, tem-se:

30 antônimos de poder para 4 sentidos da palavra. O contrário de poder é: **1.** dependência, obediência, servilismo, submissão, subserviência, subordinação, sujeição. **2.** impotência, incompetência, ineficácia, impossibilidade, incapacidade, inutilidade, nulidade, inaptidão, inépcia. **3.** carência, desprovemento, escassez, exiguidade, falta, míngua, pobreza. **4.** obedecer, submeter-se, cumprir, acatar, executar, sujeitar-se, respeitar.

Não se tem a pretensão aqui em ser exato com tais descrições, apenas se busca a ambientalização junto ao termo para o leitor. No entanto o foco não será o significado do termo em si, mas sim o observar ao menos em algumas de suas dinâmicas quando em aplicação na vida cotidiana das pessoas e quando utilizado para descobrir, usufruir, impor e/ou tentar fazer com que alguém ou alguns grupos não consigam se afirmar enquanto detentores de poder, ou seja, empoderados.

Como foco, utilizar-se-á enquanto objeto, para análise e denúncia, um comparativo de duas situações de opressões, sofridas por populações que compõem grupos, que por séculos e ainda hoje, vem sendo mantidas como grupos minoritários.

⁴ Site utilizado para verificar o antônimo do verbete “poder”: <https://www.antonimos.com.br/poder/>, antônimos.com.br, Dicionário de Antônimos Online, acessado em 29/03/2022.

Embora tal situação, enfim, esteja sendo desconstruída exatamente pela luta para o empoderamento de tais populações, a saber: a população do sertão do nordeste baiano⁵, Canudos — Bahia-Brasil e a população negra de Tulsa-Oklahoma — EUA.

Embora se esteja prestes a completar 500 anos que se iniciaram as “chegadas” dos primeiros negros escravizados no Brasil, raptados de suas origens, por serem tidos em um conceito próximo ao de algum a espécie animal, ou seja, nem eram considerados por seus algozes como humanos, de lá para cá, pouco se avançou, em termos de história e de políticas públicas para esta população. Inclusive, nos últimos 5 anos, com o aumento da circulação, nas redes sociais e no cenário político brasileiro, de posturas radicais que se denominam de extrema direita, toda uma discussão aparentemente compreendida e superada sobre o preconceito, direitos dos povos quilombolas, indígenas, homossexuais, dentre outros grupos minoritários, assim como também sobre as “Políticas de Cotas”, além de outras ações pertencentes ao arcabouço das “Políticas de Ações Afirmativas”, voltaram à tona. Como um submarino que se acreditava estar abatido e imergindo para as mais profundas fossas abissais oceânicas e que emerge para a superfície com todo o seu poderio destrutivo, desperta e conclama para o ataque visões que ainda permaneciam incrustadas no inconsciente coletivo de um grande número de pessoas desta nação, mas que hibernavam, relativamente contidas pelas recentes leis que proibiam suas expressões de forma declarada, aberta.

⁵ Conhecidos como compondo o grupo de “nordestinos” brasileiros e como dados estatísticos trazem, a Bahia, possui mais de 80% de negros compondo sua população. Fonte: Jornal Correios, disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/questao-de-identidade-autodeclarados-pretos-ultrapassam-brancos-na-bahia/>; acessado em 29/03/2022.

Ao longo da história da população negra no Brasil, em termos de ações/intervenções específicas, para estes dirigidos, e em seu favor, por parte do Estado, pouco se tem a destacar. No entanto, com um pouco mais de esforço cognitivo quatro dessas costumam ser lembradas, como tendo um impacto verdadeiramente expressivo para a população negra, a saber: (1) a Lei Áurea, assinada em 1888, a qual arbitrou sobre a condição de escravo ou homem livre, para os negros; (2) a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; (3) a criação das Políticas de Ações Afirmativas e Cotas, instituídas e promulgadas em leis que vêm sendo implementadas, revisadas e reeditadas desde 2002 e (4) o reconhecimento de comunidades quilombolas, através do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (embora já citado em leis e decretos anteriores a este). Neste cenário, apenas a terceira acima citada, em quase cinco séculos de escravidão, exploração, preconceito e exclusão para com tal população, é a primeira ação que verdadeiramente tem fundamentos educacionais específicos que se dirigem à população negra do nosso país.

ESTADO DA ARTE

Ao discorrer sobre como o humano se constitui enquanto ser individual, grupal e societal, através da estruturação da sua memória, seja ela inclusive de fatos anteriores à própria existência ou até mesmo prospectiva, Joel Candau (2018) nos oferta, no excerto que segue, uma brilhante reflexão sobre o lembrar, o esquecer e quem tem a “autorização” para promover tais condições? Condições estas que ajudam a compor as nossas memórias, também constituindo assim as nossas identidades, seja por pertencimento, não pertencimento ou até por oposições:

No fim das contas, a transmissão é tanto emissão quanto recepção. A eficácia dessa transmissão, quer dizer, a reprodução de uma visão de mundo, de um princípio de

ordem, de modos de inteligibilidade da vida social, supõe a existência de “produtores autorizados” da memória a transmitir: família, ancestrais, chefe, mestre, preceptor, clero etc. Na medida em que estes serão reconhecidos pelos “receptores” como os depositários da “verdadeira” e legítima memória, a transmissão social assegurará a reprodução de memórias fortes. Ao contrário, quando os guardiões e os lugares de memórias tornam-se muito numerosos, quando as mensagens transmitidas são inúmeras, o que é transmitido torna-se vago, indefinido, pouco estruturante, e os “receptores” possuem uma margem de manobra muito maior que lhes irá permitir lembrar ou esquecer à sua maneira (CANDAUI, 2018, p. 124-125).

No entanto, como nos traz Ferdinand de Saussure: a língua é viva, sendo assim se atualiza constantemente. Tal visão, citada acima, pode ser compreendida através dos conceitos saussurianos de que as convenções linguísticas são espécies de contratos sociais, que partem do arbitrário para o convencionalizado. A relação entre os signos e o seu valor, criam o que eles são e o que não são, estabelecendo o lugar ocupado por cada um deles: sua afirmação arbitrária, sua oposição ou mesmo distinção. A diacronicidade saussuriana, também entendida como compreensão histórica, contextual e até arbitrária da fala que usufrui dos signos linguísticos, e nos fazem compreender quem fala, de que fala, de qual lugar se fala, pode também se modificar em sincrônico ou convencional ou, ainda, convencionalizado. Assim a existência deste valor do signo, atribuído e apresentado por Saussure, que fora criado pelo homem, hoje existe para além da existência do seu criador, inclusive o recriando e sendo reinventado e atualizado por ele. É na perspectiva diacrônica que a língua se move, mais arbitrariamente, se atualizando. Para Saussure, como argumentado abaixo, o valor do termo linguístico é dado momentaneamente nas suas relações estabelecidas e de acordo com o sistema que está inserido:

...tudo quanto seja diacrônico na língua, não o é senão pela fala (parole). E na fala que se acha o germe de todas as modificações: cada uma delas é lançada, a princípio, por um certo número de indivíduos, antes de entrar em uso: Porém, elas só entram em nosso campo de observação no momento em que a coletividade as acolhe (SAUSSURE, CLG, 115, *apud* CARVALHO, 1979, p. 27).

Saussure (FIORIN, 2021) nos apresenta a potência da fala, do dito, não dito e por dizer. Do gesto, que torna o dito durável e chama a atenção para que a quantidade e qualidade da fala se modificou, inclusive para o que M. Buber vai denominar como fala falante e fala falada. Neste sentido, algumas críticas feitas à Saussure pela necessidade de compreender o discurso em seu contexto e intenções, como a produção de sentido, devem ser entendidas como infundadas, uma vez que ele também contemplou tais variantes. Assim como nos afirma Wallon ao argumenta que toda ação (incluindo a fala e o pensamento) é contextualizada e projetiva, Saussure também compreendia tal faceta na diacronicidade; embora se tenha clareza que o maior foco dado por ele tenha sido para a sincronicidade, valor e afirmação da estrutura da língua, criando e asseverando assim a Linguística.

Diante da questão relacionada ao que lembrar e o que esquecer, o arbitrado ou sincrônico e o seu valor estabelecido, posto como verdade, e a possibilidade de uma recriação do valor, vinculando-se ao diacrônico na tentativa da declaração dos novos conceitos, as populações negras tanto em Tulsa como em Canudos, passaram a experimentar uma nova forma de existência, buscando iniciar uma nova história e memória para seus povos. Como nos afirma Carl Rogers (2001) ao tratar acerca do poder existente nas pessoas:

Uma coisa que me chama a atenção neste relato é que a liberdade é irreversível. Desde que uma pessoa — criança ou adulto — tenha vivenciado a liberdade responsável, continuará lutando por ela. Essa liberdade pode ser

completamente reprimida no comportamento pela utilização extrema de todos os tipos de controle, inclusive a força, mas não pode ser eliminada ou extinguida (p, 170). Como se o espírito e autodeterminação, liberdade e desenvolvimento (como vida, liberdade e procura da felicidade) vivesse nas pessoas como uma fogueira, esperando para ser acesa com uma fagulha de confiança, entendimento, compaixão ou compreensão (p, 194). Liderança, criatividade e imaginação florescem em toda a parte, quando os indivíduos resistem à usurpação de seus direitos como pessoas (p. 195) (ROGERS, 2001, p. 170, 194 e 195).

Para esta questão de uma representação criada sobre um povo, a psicóloga, teórica e escritora Grada Kilombo (2019), chama a atenção para o cuidado com a não adesão a algumas posturas como a “outrindade” e o silenciamento imposto. Em seu livro “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano” (ib dien), ela denuncia os processos de construção de uma persona para as pessoas negras (no livro: negres), elaborada por pessoas não negras e que visa a difusão fora e dentro da população negra, de representações distorcidas daquele povo. Tais representações acabam por promover a rejeição afetiva e comportamental, além de uma tendência à agressividade para com as pessoas negras, assim como de outras dinâmicas psicológicas, sociais e comportamentais, por parte dos não negros, e ainda a própria tendência a não autoidentificação, a baixa autoestima, autoimagem prejudicada e não empoderamento das pessoas negras e para com o próprio grupo de pertença. Exemplos de outrindade atribuída às pessoas negras é a de serem pertencentes a uma subespécie humana pouco evoluída ou de que possuem uma tendência natural a agressividade contra os brancos (FANON, 2008). Ao discorrer sobre tais temas, Grada Kilomba (2019), descreve as relações de sujeito e objeto, citando Bell Hooks, e denunciando a tentativa de objetificação da pessoa negra, em uma

constante força para que a mesma não se constitua como sujeito de sua própria história. Tal relação se estrutura através de mecanismos de defesa do ego, como projeções e negações que evitam a própria percepção de si, do branco opressor. Estas elocubrações ficam demonstradas, nos situando no conceito de outrindade, como no trecho descrito a seguir:

Dentro dessa infeliz dinâmica, o sujeito negro torna-se não apenas a/o 'Outra/o' — o diferente, em relação ao qual o 'eu' da pessoa branca é medido —, mas também 'Outridade' — a personificação de aspectos repressores do 'eu' do sujeito branco. Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer se parecer. Toni Morrison (1992) usa a expressão 'dessemelhança', para descrever a 'branquitude' como uma identidade dependente, que existe através da exploração da/o 'Outra/o', uma identidade relacional construída por brancas/os, que define a elas/es mesmas/os como racialmente diferentes das/os 'Outras/os'. Isto é, a negritude serve como forma primária de Outridade, pela qual a branquitude é construída. A/O 'Outra/O' não é 'outra/o' per se; ela/ele torna-se através de um processo de absoluta negação. Nesse sentido, Frantz Fanon (1967, p. 110) escreve: 'O que é frequentemente chamado de alma negra é uma construção do homem branco (KILOMBA, 2019, p. 37-38).

A tentativa de fugir desta outrindade é o que alimentava as tentativas de não identificação das crianças com o grupo de pessoas negras, criando as mais diversas variações de tentativa de branqueamento, ou colorismo, que se supunham ser distintas e fora dos estigmas daquela, para o caso da criação da denominação de cor/raça: "pardo". O interessante é que, embora esta denominação conste nas certidões de nascimento da maioria da população brasileira, a diferença fica apenas restrita ao papel, porque pelo olhar das pessoas brancas, nas vivências cotidianas o "pardo", assim como o caboclo e cafuzo, todos são tratados no dia a dia, com toda a carga de danos que o preconceito traz, como

negros. Como exemplo, é estranho quando em “batidas policiais”, as pessoas de cor são forçadas a descer dos ônibus, sobre a mira de armas, para ser, de forma extremamente invasiva e ignorante, “revistados” e, enquanto isso, outros homens e demais pessoas brancas, que estão no mesmo veículo, se quer são interrogadas, mesmo que confortavelmente sentadas em “seus assentos”. Ou ainda porque que sempre que policias estão fazendo uma *blitz* os identificados como negros, mesmo com seus veículos próprios, são sempre parados para “verificação de documentos”, enquanto assistem a pessoas não negras passarem com veículos visivelmente irregulares, sem serem, nem se quer com os olhares de tais policiais, incomodados? Isso demonstra que, no mundo real, não existe tais diferenças para as pessoas de cor, sendo todas sempre tratadas com a outrindade atribuída para pessoas negras!

Vale a ressalva que a não identificação pessoal com a outrindade citada, pode talvez tornar as pessoas mais ativas e empoderadas. Desta forma a estratégia de usar o “pardo” em lugar de “negro”, pode até contribuir com a citada construção, mas também, traz o dano de não permitir se identificar com o seu povo de origem e lutar juntos, contra as tentativas de silenciamento e pelo direito a fala e construção das próprias identidades. Grada Kilomba, também nos apresenta uma reflexão desta tentativa de silenciamento dos povos negros ao citar a “máscara do silenciamento”:

Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau

enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/ os 'Outras/os': Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (KILOMBA, 2019, p. 32-33)

Grada Kilomba (2019, p. 47) cita ainda Gayatri Spivak, quando tal teórica nos apresenta o seguinte questionamento: “pode a subalterna falar?”. A resposta se constitui em uma compreensão de que ao longo dos séculos a tentativa tem sido a de a manter no silenciamento. Entretanto, por vezes algumas das pessoas colocadas como subalternos, que conseguiram fazer com que seus brados fossem escutados, também, logo em seguida, foram silenciadas. Hoje se torna impossível silenciar todas as vozes negras, pois se grita em coro. No entanto, assim também a forma de tentativa de evitação de que sejam escutados também tem se modificado, não sendo mais somente através do silenciamento pela retirada da vida; hoje se tenta ainda desqualificar ou desprezar tanto o falante como o seu discurso, pois, como afirma Carl Rogers (2001) a morte é a única forma, de fato, de se retirar o poder de alguém. Embora eu queira aqui fazer outra ressalva que é a de que, para alguns casos, até esta tentativa de silenciamento definitivo, as vezes ganha o efeito inverso, fazendo com que a voz se desprenda de seu dono originário e ganhe outros “donos por adesão”.

Hoje, ainda se usa mascaras, mas até estas são utilizadas como autopreservação e forma de se manifestar e gritar que não se aceita mais as tentativas de opressões!



Fontes: ⁶, ⁷

Spivak (KILOMBA, 2019) denuncia a prescrição pós-colonialista que ainda tenta manter em silêncio as vozes negas, confinando-as à marginalização, à periferia, ao não conhecimento, jogando para ocupar os seus lugares de fala com falsos representantes de sua luta. Neste quesito, Fanon (2008) denuncia inclusive como a própria abolição da escravidão se tornou um artefato para parar a luta negra e o impedir que conquistassem a liberdade, por seu próprio mérito. Com tal estratégia, entra para a história e memória o fato de que mais uma vez o branco quem “deu a liberdade” forjando os seus termos e limites, trocando o chicote pelo relógio, o documento de posse pela carteira de trabalho e a senzala pela periferia, readequando-os para uma nova outrindade.

Nesta construção o termo empoderamento ainda segue como um desafio. Hoje como condição determinante para lutar por igualdades, com respeito e compreensão das diferenças. Precisa-se aqui de uma pausa para melhor explicar a evolução temporal deste

⁶ Todas as imagens aqui apresentadas sobre Tulsa, foram extraídas do documentário: Tulsa Race Massacre: 100 Years Later | Full Film by OETA, acessado em 20/03/2022, através do link: <https://youtu.be/vcjqaZLKBCI>.

⁷ Todas as imagens aqui apresentadas sobre “Guerra de Canudos”, foram extraídas na internet através do buscador do Google usando o indexador: “imagens do massacre de canudos”, acessadas em 19/03/22.

construto, empoderamento, embora o seu significado já tenha sido esclarecido.

O termo empoderamento, em si, tem sua origem temporal, geográfica e contextual, associado diretamente a criação das Políticas de Ações Afirmativas, derivada de movimentos sociais, nos países desenvolvidos, na segunda metade do século passado. Vinculado ao trabalho da Ação Social, junto aos movimentos feministas e demais grupos minoritários, o empoderamento visava tornar os sujeitos destes grupos conscientes de si ou mais conscientes de sua condição, nas relações para com outros grupos, e mobilizar o potencial de ação para a mudança.

Embora o termo originário derive da língua inglesa (*empowerment*), trata-se de um construto que ao longo dos tempos e, em função dos contextos onde fora utilizado, teve seu significado modificado, sendo assim compreendido como um conceito polissêmico. Foi objeto de uso para a conscientização na autoajuda na década de 70, na Psicologia Comunitária, na década de 80, e nos movimentos de direito à cidadania e à saúde, que perduram até os dias atuais (CARVALHO, 2004, *apud* WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006). O termo, para Meneghel, Farina e Ramão (2005, p, 570), significa “um desafio para as relações de poder existentes; representa a expansão da liberdade de escolha e de atuação e o aumento da capacidade de agir dos sujeitos sobre os recursos e decisões que afetam suas vidas”.

Portanto, é um construto que nasce inserido e revolvendo as relações de poder, postas nos contextos sociais. Questiona a condição de desigualdade e convida os grupos minoritários para um movimento de ascensão. É um termo que se refere, a uma condição em potencial, ampliando a rede de informações, a percepção e a leitura de mundo (FREIRE, 1999), para que o significado da palavra democracia esteja, de fato, representada na sociedade por meio de todos os setores que a compõem.

Tais reconstruções podem ser observadas nas imagens que seguem, que demonstram o que Grada Kilomba denominou como sendo o deixar de ser objeto para ser sujeito, escrevendo a própria história. A modificação da memória prospectiva estava em plena ocorrência tanto em Canudos como em Tulsa, porém tais mudanças de condições foram percebidas, por parte do branco opressor, como perigosas para a manutenção das relações étnico-raciais, tais quais estavam dentro de seus interesses.



Fica notório, nas imagens acima, a saída da outrindade atribuída ao negro nas américas, assim como, inclusive com tais imagens, a recriação de uma memória bastante distinta daquela.

Vasconcelos, ao defender o empoderamento, afirma que ele tem a função de mobilização, inclusive de formação de alianças políticas, tornando mais expressiva a representatividade e força para trazer como pauta os pontos identificados como de fragilidade

ou desfavorecimento do(s) grupo(s) e contestando a condição dos seus opressores. Argumenta ainda que:

O empoderamento significa o aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações inter-pessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social (VASCONCELOS, 2004, *apud* WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006 p, 133).

Para Teixeira (2002, *apud* WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006, p. 133), ao argumentar sobre o empoderamento, assevera que ele “se associa a formas alternativas de se trabalhar realidades sociais, suporte mútuo, formas cooperativas, formas de democracia participativa, autogestão e movimentos sociais autônomos”. Assim, este construto ganha a potencialidade de tornar o sujeito senhor de si, gestor do seu querer ou dos seus direitos nas relações sociais, quebrando a sensação de imobilidade, falta de participação política e fatalismo social para si e para o seu grupo de pertença.

Esta visão também é corroborada por Zimmerman (1988, *apud* ALMEIDA, 2015, p. 411) e Rappaport (1995, *apud*: ALMEIDA, 2015, p. 411), ao argumentarem sobre o empoderamento, afirmam que “acredita ser um processo pelo qual os indivíduos ganham domínio e/ou controle sobre suas próprias vidas e participação democrática na vida da sua comunidade”. Por fim, Horochovski (*apud* ALMEIDA, 2015) acrescenta à argumentação o caráter emancipatório do empoderamento, ou seja, traz o indivíduo ou grupo para a condição de autônomo, independente, responsável por seus atos, posturas decisões e tudo mais que se possa compreender da própria terminologia em questão.

Vale ressaltar que o negro do nordeste brasileiro, ao longo da sua história se tornou vítima de uma trama que o conduziu para uma visão duplamente preconceituosa. Como citado por Oliveira

(2002), para acompanhar e validar o massacre ocorrido em Canudos-Bahia, Euclides da Cunha descreveu o povo sertanejo, em sua obra “Os Sertões” (CUNHA, 1966, *apud* OLIVERIA, 2002), intencionalmente produzida em formato de reportagem narrativa-descritiva, com vistas a construir no imaginário brasileiro uma visão pejorativa acerca do povo sertanejo, nordestino, como no trecho que segue:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso (CUNHA, 1966, *apud* OLIVERIA, 2002, p. 523).

Tais concepções, como nos trazem Deleuze e Guattari (2000), infelizmente, como um rizoma, não ficam estanques, pelo contrário, ganham brotos e se tornam plantas se multiplicando, às vezes como ervas daninhas, ou se expandem também por baixo da terra, porém com todo o potencial de emergir. Assim, o livro “Os Sertões” acabou por servir também como um semeador do preconceito contra um povo, o nordestino.



Também com relação aos possíveis danos causados pela assimetria de relações e de *estatutos* ocupados na sociedade, Nietzsche nos descreve sobre o limite da tolerância suportável enquanto ser oprimido e a sua conseqüente tentativa de reação tentando se libertar das amarras que o impedem de alcançar uma

vida plena, assim como também acerca do gozo e da desproporcional força com que o opressor se reafirma como mais forte, detentor do poder, da verdade, inclusive com o apoio de um suposto Estado autônomo e regulador, mas que, na verdade, lhes é subserviente:

A rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores: o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtêm reparação. Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava diz Não a um “fora”, um “outro”, um “não-eu” — e este Não é seu ato criador. Esta inversão do olhar que estabelece valores — este necessário dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si é algo próprio do ressentimento: a moral escrava sempre requer, para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto-sua ação é no fundo reação. O contrário sucede no modo de valoração nobre: ele age e cresce espontaneamente, busca seu oposto apenas para dizer Sim a si mesmo com ainda maior júbilo e gratidão-seu conceito negativo, o “baixo”, “comum”, “ruim”, é apenas uma imagem de contraste, pálida e posterior, em relação ao conceito básico, positivo, inteiramente perpassado de vida e paixão, “nós, os nobres, nós, os bons, os belos, os felizes!” (NIETZSCHE, 1999, p. 12).

Massageando o próprio ego e sua ignorância a branquitude, utilizando inclusive dos aparelhos institucionais e institucionalizados, despeja o seu sadismo sobre grupos que apenas tentam existir e se realizar enquanto seres, tentando fugir da constante intenção de os manter em uma outrindade que satisfaça, e até “justifique”, os sucessivos massacres genocidas promovidos contra populações pacíficas.



CONCLUSÕES

Embora se entenda a intenção de afirmar a importância do distrito de Greenwood, denominando sua principal avenida de Black Wall Street, em uma alusão ao poderoso centro financeiro de Wall Street, novamente se observa a crítica feita por Fannon, quando afirma que, os brancos tendem a “reconhecer” as falas negras apenas quando estes usam de referenciais não negros, o que é um perigo pois se permanece na desvalorização do que possui origem e é desenvolvido pelo poder negro.

Em igual proporção se tenta colocar no esquecimento o fato de que Canudos, no momento de seu massacre, possuía uma estimativa de abrigar cerca de 30.000 habitantes, sendo assim a segunda maior cidade do interior da Bahia. Tal tentativa de se apagar as informações, que de fato são relevantes para se denunciar o massacre ocorrido, são tão eficientes que os menos informados sobre o fato, mesmo que hoje faça parte da história lecionada nos currículos escolares, guardam em seu imaginário que se tratava apenas de um pequeno povoado.

Nas últimas décadas estudos diversos e os mais célebres teóricos, filósofos e pesquisadores tem avançado ajudando a reconstruir a memória e identidade negra, dizendo um basta para visões excludentes, que desqualifiquem e façam manutenção de condições preconceituosas e discriminatórias. Assim, mesmo que com algumas ações pontuais, a população negra tem avançado na luta contra a opressão, preconceito e discriminação, ainda que timidamente e longe de obter o resultado que almeja efetivamente. Porém, sua memória ainda vem sofrendo investidas para que não seja reconstruída e/ou ressignificada. Para o opressor, apenas as agruras devem ser lembradas e repetidas pelas novas gerações.

As Políticas de Ações Afirmativas ajudam a recompor e ampliar as informações e os conhecimentos sobre a memória de uma outra parcela destes povos, assim como dos demais grupos por elas contemplados. O acesso à educação superior permite desvelar o porquê de tais condições existências, assim como o disponibiliza conhecimentos suficiente para lutar, pelos e com os pares, de um outro patamar: o que não consigam calar ou desqualificar.

Hoje, programas de Pós-graduações como o de Crítica Cultural-UNEB, traz a oportunidade de refazer as ferramentas e aparelhos de luta, formando multiplicadores e revisores de conceitos, não para a implantação de uma nova imposição, mas como um niilismo de quarta geração, que conduz o sujeito (não mais objeto) para a construção de sua criticidade e descortinar e nutrir o poder e que estar dentro de si. Torná-lo consciente e responsável por sua própria fala e construção de sua história, sem mais existir a “falsa necessidade” de se impor e desconstruir as falas e histórias dos demais, sabendo que a força está, e sempre permanecerá, dentro de cada um de nós.

E a história se repetiu sem o menor pudor. De Canudos e Tulsa, restaram os órfãos, os violentados e desterritorializados. Em nome de uma “reparação pelos danos causados” o Estado oferece, ou “permite” construir, apenas estátuas e memoriais. Talvez, não para que a injustiça seja lembrada, mas aparentemente fazer lembrar quem é “o mais forte”. No entanto, a memória será reconstruída, hoje mais do que ontem e menos que amanhã, compreendendo o que é necessário que seja lembrado, sem traumas e rancores, aceitando o que se faz por bem esquecer, para quem o quer esquecer, não por imposição, mas sim por busca da saúde e sabedoria. Compreendo que o poder pessoal junto e concomitante com as múltiplas identidades e suas relações, tanto

as estabelecidas como as que podem ser modificadas, (re)descobertas.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antônio Cavalcante de. O empoderamento de lideranças indígenas Kaingang no sul do Brasil. *Interações* (Campo Grande), Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 407-419, Dec. 2015. Available from. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122015000200407&lng=en&nrm=iso. Access on 25 Apr.2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015215>.

BRASIL. Constituição de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. (2012). Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá

outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 30 abr. 2021.

CANDAU, Joël (2018) *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto.

CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1979.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, Vol. 1, Trad. Aurélio Guerra Netoe Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000b.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo; Cortez, 1999.

FIORIN, José Luiz, FLORES, Valdir do Nascimento, BARBISAN, Leci Borges (Org.) Saussure: A Invenção da Linguística. In: *Do signo ao discurso: a complexa natureza da linguagem*. 1. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 567-583, Dec. 2005. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300006&lng=en&nrm=iso. Access on 25 Apr. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300006>.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 511-537, 2002. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200012&lng=en&nrm=iso. Access on 11 May 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200012>.

ROGERS, Carl R. *Sobre o poder pessoal*. Trad. W. Penteado. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Originalmente publicado em 1977).

WENDHAUSEN, Águeda Lenita Pereira; BARBOSA, Tatiane Muniz; BORBA, Maria Clara de. Empoderamento e recursos para a participação em conselhos gestores. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 131-144, Dec. 2006. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300011&lng=en&nrm=iso. Access on 02 Mai. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000300011>.